

Bahia Mineração S.A. e sua controlada

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente

Índice

2	Relatório da Administração
5	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas
8	Balanço patrimonial
9	Demonstração do resultado
10	Demonstração do resultado abrangente
11	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
12	Demonstração dos fluxos de caixa
13	Notas explicativas às demonstrações contábeis
45	Composição da Diretoria e Contador Responsável Técnico
46	Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
47	Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

Contexto

A Bahia Mineração S.A. e sua controlada (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída como Companhia individual em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL 1”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Atualmente, a BAMIN tem como principal foco o desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”), que consiste na extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro da jazida localizada na cidade de Caetité, na região centro-sul do Estado da Bahia, distante aproximadamente 700 km de Salvador, capital do Estado. O minério de ferro extraído será beneficiado na planta da Companhia, que será instalada na mesma região da mina. Após o beneficiamento e enriquecimento do teor do minério, a produção será escoada pela FIOL 1 até o terminal portuário da BAMIN no Porto Sul, de onde a produção será exportada.

Mineração

A Mina Pedra de Ferro possui atualmente capacidade instalada para produção de até 2 milhões de toneladas anuais de hematita de alto teor, com potencial de expansão para até 26 milhões de toneladas por ano em plena operação. O minério apresenta características premium, permitindo beneficiamento a seco, menor consumo de água e redução na geração de rejeitos.

Ferrovia

A FIOL 1, subconcedida à BAMIN em 2021 por prazo de 35 anos, representa um dos principais projetos de infraestrutura logística do país, conectando, Estado da Bahia, Caetité a Ilhéus ao longo de 537 quilômetros. Além do atendimento ao Projeto PdF, a ferrovia possui capacidade para transporte de cargas de terceiros, ampliando sua relevância econômica e logística para a região.

O contrato de subconcessão prevê prazo de cinco anos, a partir de sua assinatura, para conclusão das obras de infraestrutura ferroviária e início das operações. Em outubro de 2022, a Bahia Ferrovias solicitou à ANTT a prorrogação por um ano das obrigações não financeiras relativas a investimentos com prazos determinados, com fundamento no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”). A ANTT reconheceu a aplicação automática desse direito às concessões, independentemente de ajustes contratuais.

Após tratativas administrativas e divergências entre a ANTT e a Companhia quanto à incidência de Acréscimo à Outorga pela postergação das obrigações não financeiras, foi firmado, em 31 de março de 2025, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão. O aditivo prorrogou os prazos para conclusão dessas obrigações, prevendo eventual Acréscimo à Outorga caso os investimentos não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos.

Em abril de 2025, a Companhia comunicou a conclusão das obras iniciais da FIOL 1, condicionando a retomada das etapas seguintes à definição da estrutura de capital necessária. No mesmo mês, solicitou ao Ministério dos Transportes a discussão de temas econômico-financeiros do contrato e propôs a criação de Grupo de Trabalho para avaliar melhorias, otimização contratual e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

Contexto (continuação)

Em junho de 2025, a Portaria nº 480 instituiu o Grupo de Trabalho. Em março de 2026, o referido grupo apresentou recomendações à ANTT, entre elas a remodelagem do Contrato de Subconcessão. Entretanto, permanece pendente a definição do Poder Concedente quanto ao modelo regulatório a ser adotado. Até o momento, não há decisão nem prazo estabelecido para essa definição, o que impede a mensuração de eventuais impactos financeiros decorrentes da recomendação de remodelagem do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Porto

O Porto Sul, localizado em Ilhéus, complementa a integração logística do Projeto PdF e possui capacidade estimada de até 42 milhões de toneladas anuais, incluindo movimentação de cargas de terceiros. O empreendimento reforça o potencial da Bahia como polo estratégico de infraestrutura e comércio exterior.

Estágio do Projeto PdF

Com a conclusão das obras iniciais da Mina Pedra de Ferro, da FIOL 1 e do Porto Sul, a Administração segue revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e estruturando as condições necessárias para o avanço de sua próxima etapa de implantação.

Nesse contexto, desde abril de 2025, **o Projeto PdF encontra-se em fase transitória de "conservação e manutenção" da mina, ferrovia e porto, preservando seus ativos, licenças, obrigações regulatórias e socioambientais, bem como a integridade operacional necessária para futura retomada das atividades de expansão.**

A continuidade dessa fase está associada à definição da estrutura de capital necessária para suportar a próxima etapa de desenvolvimento do projeto. Paralelamente, o Grupo ERG permanece avaliando alternativas estratégicas e potenciais parcerias para viabilizar a implantação integral do corredor logístico integrado.

A Administração mantém perspectiva positiva para o projeto, sustentada pela qualidade dos ativos da Companhia, pela demanda global por minério de ferro de maior teor e pelo suporte contínuo do acionista controlador. **A BAMIN segue comprometida com a execução diligente das atividades de conservação e manutenção, assegurando a regularidade de seus licenciamentos, o cumprimento de suas obrigações legais e socioambientais e a preservação das condições necessárias para a continuidade do Projeto PdF.**

Capital social e resultados do exercício

O capital social autorizado está representado por 4.649.514.969 (quatro bilhões e seiscentos e quarenta e nove milhões e quinhentos e quatorze mil e novecentos e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada.

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, prejuízo acumulado na controladora e no consolidado, no montante de R\$ 4.011.957 (2024, R\$ 3.884.071), e apresentou capital circulante líquido, negativo, individual e consolidado, no valor de R\$ 16.667, e de R\$ 25.498, respectivamente, (2024, no valor negativo de R\$ 23.065, e de R\$ 38.900).

A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Minerals B.V., para fornecer recursos necessários para manter a continuidade de suas atividades.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade das suas operações, contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador como garantia da liquidez necessária para fazer frente às obrigações contratuais assumidas. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamento crítico pela Administração da Companhia.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado das operações e os fluxos de caixa, individuais e consolidados, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores em exercício durante o período das demonstrações contábeis, bem como até a data de sua assinatura em 17 de julho de 2026 estão indicados a seguir:

Eduardo Ledsham

Eduardo Ledsham

Diretor

Pedro Machado

Pedro Machado

Diretor

Veronica Dittelbrandt

Veronica Dittelbrandt

Diretora



Shape the future
with confidence

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 2202-6135
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos diretores e acionistas da
Bahia Mineração S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahia Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que o Projeto Pedra de Ferro (PdF) - projeto que envolve a extração e beneficiamento de minério de ferro em Caetité (BA), transporte através da Ferrovia de Integração Oeste Leste (“FIOL 1”) até o Porto Sul, localizado em Ilhéus (BA), para exportação – entrou em um período de manutenção. Essa fase deverá se estender até que ocorra (i) a entrada de investidores estratégicos; e (ii) definição, pelo Poder Concedente, quanto ao modelo regulatório e financeiro a ser adotado para o Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos divulgados na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de julho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.038	2.590	2.960	4.599
Contas a receber de clientes	6	540	11	540	11
Adiantamentos		286	526	286	6.899
Estoques	7	7.109	13.470	7.109	13.470
Tributos a recuperar	8	8.175	9.611	10.648	21.428
Partes relacionadas	17	1.470	2.989	164	543
Outros ativos	9	1.706	644	6.899	4.325
		21.324	29.841	28.606	51.275
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	7	123.529	128.870	123.529	128.870
Partes relacionadas	17	-	1	-	1
Outros ativos	9	298	298	3.782	4.376
		123.827	129.169	127.311	133.247
Investimento em controlada	10	563.439	479.771	-	-
Imobilizado	11	1.086.206	994.709	1.625.451	1.456.399
Intangível	12	49.723	50.517	49.888	50.743
Direito de uso	13	-	-	29.558	29.613
		1.699.368	1.524.997	1.704.897	1.536.755
Total do ativo		1.844.519	1.684.007	1.860.814	1.721.277
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	15.046	21.610	27.272	52.476
Obrigações tributárias e sociais	15	17.824	23.563	21.697	29.954
Compromissos socioambientais	16	3.379	6.758	3.379	6.758
Partes relacionadas	17	-	23	-	23
Outros passivos		1.742	952	1.756	964
		37.991	52.906	54.104	90.175
Não circulante					
Empréstimos com partes relacionadas	17	267.611	2.881.511	267.611	2.881.511
Recuperação ambiental	18	89.456	88.961	89.456	88.961
Provisões para contingências	19	8.173	7.757	8.355	7.757
Outros passivos		3.331	4.373	3.331	4.374
		368.571	2.982.602	368.753	2.982.603
Total do passivo		406.562	3.035.508	422.857	3.072.778
Patrimônio líquido					
Capital social	20(a)	4.649.515	11.595	4.649.515	11.595
Contribuição ao capital	20(b)	800.399	2.520.975	800.399	2.520.975
Prejuízos acumulados		(4.011.957)	(3.884.071)	(4.011.957)	(3.884.071)
		1.437.957	(1.351.501)	1.437.957	(1.351.501)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.844.519	1.684.007	1.860.814	1.721.277

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas	21	9.478	6.135	9.478	6.135
Custo dos produtos vendidos	22	(11.702)	(625)	(11.702)	(625)
Lucro bruto		(2.224)	5.510	(2.224)	5.510
Despesas com distribuição	23	(2.753)	(5.510)	(2.753)	(5.510)
Despesas gerais e administrativas	24	(74.129)	(78.365)	(130.534)	(146.943)
Equivalência patrimonial	10	(55.163)	(57.031)	-	-
Redução ao valor recuperável de ativos		-	(1.242.427)	-	(1.242.427)
Outras despesas, líquidas	25	(463)	(1.257)	(560)	(1.281)
Resultado operacional		(132.508)	(1.384.590)	(133.847)	(1.396.161)
Receitas financeiras		18.098	13.184	19.505	24.831
Despesas financeiras		(11.252)	(843.736)	(11.320)	(843.812)
Resultado financeiro	26	6.846	(830.552)	8.185	(818.981)
Prejuízo antes dos tributos sobre lucro		(127.886)	(2.209.632)	(127.886)	(2.209.632)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(127.886)	(2.209.632)	(127.886)	(2.209.632)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(127.886)	(2.209.632)	(127.886)	(2.209.632)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(127.886)	(2.209.632)	(127.886)	(2.209.632)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Contribuições ao capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024		11.595	1.874.891	(1.674.439)	212.047
Contribuição ao capital	20(b)	-	646.084	-	646.084
Prejuízo do exercício		-	-	(2.209.632)	(2.209.632)
Em 31 de dezembro de 2024		11.595	2.520.975	(3.884.071)	(1.351.501)
Conversão dos empréstimos em capital social	20(a)	2.299.527	-	-	2.299.527
Realização de reserva de capital em capital social	20(a)	2.338.393	(2.338.393)	-	-
Contribuição ao capital	20(b)	-	617.817	-	617.817
Prejuízo do exercício		-	-	(127.886)	(127.886)
Em 31 de dezembro de 2025		4.649.515	800.399	(4.011.957)	1.437.957

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(127.886)	(2.209.632)	(127.886)	(2.209.632)
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício					
Depreciação e amortização		3.048	3.855	3.902	4.738
Redução no valor recuperável de ativos		-	1.242.427	-	1.242.427
Baixa de ativo imobilizado e intangível		9	1.738	9	2.110
Contingências	19	416	457	598	457
Reversão de apropriação de despesas		(740)	(110)	(201)	(1.243)
Equivalência patrimonial	10	55.163	57.031	-	-
Juros, variação cambial e AVJ, líquidos de capitalização		(6.306)	831.076	(6.306)	831.076
Variações no capital circulante					
Estoques	7	11.702	(11.757)	11.702	(11.757)
Adiantamentos		240	2.446	6.613	(613)
Contas a receber	6	(529)	12.893	(529)	12.893
Partes relacionadas	17	1.498	44.102	358	46.033
Tributos a recuperar	8	1.436	8.529	10.780	12.841
Outros		(1.317)	604	(2.773)	1.632
Fornecedores	14	(5.824)	(35.161)	(24.464)	(59.670)
Obrigações tributárias e sociais	15	(5.739)	(11.655)	(8.257)	(13.095)
Compromissos socioambientais	16	(3.379)	(17.765)	(3.379)	(17.765)
Caixa líquido usado para atividades operacionais		(78.208)	(80.922)	(139.833)	(159.568)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições em investimentos	10	(138.831)	(30.300)	-	-
Aquisição de imobilizado	11	(80.692)	(95.866)	(158.104)	(291.065)
Aquisição de intangível	12	(265)	(718)	(266)	(817)
Aquisição de direito de uso	13	-	-	(880)	-
Caixa líquido usado para atividades de investimento		(219.788)	(126.884)	(159.250)	(291.882)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas	17(b)	140.797	105.869	140.797	105.869
Contribuições ao capital de partes relacionadas	17(b)	156.647	97.705	156.647	97.705
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		297.444	203.574	297.444	203.574
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(552)	(4.232)	(1.639)	(247.876)
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	2.590	6.822	4.599	252.475
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício	5	2.038	2.590	2.960	4.599

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bahia Mineração S.A. e sua controlada (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída como Companhia individual em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL 1”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Atualmente, a BAMIN tem como principal foco o desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”), que consiste na extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro da jazida localizada na cidade de Caetité, na região centro-sul do Estado da Bahia, distante aproximadamente 700 km de Salvador, capital do Estado. O minério de ferro extraído será beneficiado na planta da Companhia, que será instalada na mesma região da mina. Após o beneficiamento e enriquecimento do teor do minério, a produção será escoada pela FIOL 1 até o terminal portuário da BAMIN no Porto Sul, de onde a produção será exportada.

Mineração

A Mina Pedra de Ferro possui atualmente capacidade instalada para produção de até 2 milhões de toneladas anuais de hematita de alto teor, com potencial de expansão para até 26 milhões de toneladas por ano em plena operação. O minério apresenta características premium, permitindo beneficiamento a seco, menor consumo de água e redução na geração de rejeitos.

Ferrovia

A FIOL 1, subconcedida à BAMIN em 2021 por prazo de 35 anos, representa um dos principais projetos de infraestrutura logística do país, conectando, Estado da Bahia, Caetité a Ilhéus ao longo de 537 quilômetros. Além do atendimento ao Projeto PdF, a ferrovia possui capacidade para transporte de cargas de terceiros, ampliando sua relevância econômica e logística para a região.

O contrato de subconcessão prevê prazo de cinco anos, a partir de sua assinatura, para conclusão das obras de infraestrutura ferroviária e início das operações. Em outubro de 2022, a Bahia Ferrovias solicitou à ANTT a prorrogação por um ano das obrigações não financeiras relativas a investimentos com prazos determinados, com fundamento no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”). A ANTT reconheceu a aplicação automática desse direito às concessões, independentemente de ajustes contratuais.

Após tratativas administrativas e divergências entre a ANTT e a Companhia quanto à incidência de Acréscimo à Outorga pela postergação das obrigações não financeiras, foi firmado, em 31 de março de 2025, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão. O aditivo prorrogou os prazos para conclusão dessas obrigações, prevendo eventual Acréscimo à Outorga caso os investimentos não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos.

Em abril de 2025, a Companhia comunicou a conclusão das obras iniciais da FIOL 1, condicionando a retomada das etapas seguintes à definição da estrutura de capital necessária. No mesmo mês, solicitou ao Ministério dos Transportes a discussão de temas econômico-financeiros do contrato e propôs a criação de Grupo de Trabalho para avaliar melhorias, otimização contratual e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional (continuação)

Em junho de 2025, a Portaria nº 480 instituiu o Grupo de Trabalho. Em março de 2026, o referido grupo apresentou recomendações à ANTT, entre elas a remodelagem do Contrato de Subconcessão. Entretanto, permanece pendente a definição do Poder Concedente quanto ao modelo regulatório a ser adotado. Até o momento, não há decisão nem prazo estabelecido para essa definição, o que impede a mensuração de eventuais impactos financeiros decorrentes da recomendação de remodelagem do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Porto

O Porto Sul, localizado em Ilhéus, complementa a integração logística do Projeto PdF e possui capacidade estimada de até 42 milhões de toneladas anuais, incluindo movimentação de cargas de terceiros. O empreendimento reforça o potencial da Bahia como polo estratégico de infraestrutura e comércio exterior.

Estágio do Projeto PdF

Com a conclusão das obras iniciais da Mina Pedra de Ferro, da FIOL 1 e do Porto Sul, a Administração segue revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e estruturando as condições necessárias para o avanço de sua próxima etapa de implantação.

Nesse contexto, desde abril de 2025, **o Projeto PdF encontra-se em fase transitória de "conservação e manutenção" da mina, ferrovia e porto, preservando seus ativos, licenças, obrigações regulatórias e socioambientais, bem como a integridade operacional necessária para futura retomada das atividades de expansão.**

A continuidade dessa fase está associada à definição da estrutura de capital necessária para suportar a próxima etapa de desenvolvimento do projeto. Paralelamente, o Grupo ERG permanece avaliando alternativas estratégicas e potenciais parcerias para viabilizar a implantação integral do corredor logístico integrado.

A Administração mantém perspectiva positiva para o projeto, sustentada pela qualidade dos ativos da Companhia, pela demanda global por minério de ferro de maior teor e pelo suporte contínuo do acionista controlador. **A BAMIN segue comprometida com a execução diligente das atividades de conservação e manutenção, assegurando a regularidade de seus licenciamentos, o cumprimento de suas obrigações legais e socioambientais e a preservação das condições necessárias para a continuidade do Projeto PdF.**

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de julho de 2026.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis materiais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e ajuste a valor presente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis anualmente.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da BAMIN e sua controlada em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A base de consolidação da BAMIN inclui as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias que é uma sociedade anônima com o objetivo de explorar, em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, associadas à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da FIOL 1, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A Companhia detém 100% do capital social da Bahia Ferrovias.

2.3 Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui os recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Essa avaliação considera o suporte financeiro contínuo do Grupo ERG, através do acionista controlador, Bahia Minerals B.V., que tem assegurado a manutenção das operações da Companhia.

Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes normas foram revisadas e/ou propostas pelo IASB:

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O CPC, emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligadas, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Alterações
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
IFRS 9 e IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
IFRS 9 e IFRS 7	Contratos Referenciados a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

A Administração não espera que a adoção das normas listadas anteriormente tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado.
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

2.5 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$") foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.6 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento e desconhecimento

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria "mensurados ao custo amortizado". A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Instrumentos financeiros (continuação)

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia classifica seus passivos financeiros, em sua totalidade, na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva. As despesas com juros, bem como os ganhos e perdas decorrentes de variações cambiais, são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia possui, substancialmente, obrigações com fornecedores, empréstimos com partes relacionadas e valores decorrentes de contratos de compartilhamento de gasto, todos classificados como passivos financeiros não derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes apresentam os valores a receber pela venda de minério de ferro da Companhia e é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. No entanto, a Companhia não apresenta histórico de perdas com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas e desta forma não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel e incluem todos os custos incorridos no curso normal das operações para trazer os produtos até o local e condição atual.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de produção, extração, mão de obra direta, depreciação, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade da Companhia), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Uma vez que a Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, a formação de estoque tem como objetivo a evolução da escala do processo produtivo e a apresentação para um mercado ativo de *commodities*¹ de minério de ferro, produto gerado pela Companhia. Ou seja, apresentar um minério de ferro com alta qualidade e produzido sobre as melhores práticas de sustentabilidade.

Os estoques classificados no ativo circulante são aqueles que a Companhia espera comercializar até o final do exercício subsequente. Já os produtos mantidos no ativo não circulante são os produtos que a Companhia espera beneficiar e comercializar após a construção e instalação da usina de beneficiamento da Mina PdF.

2.10 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

¹ *Commodities* é o plural do termo *commodity*, em inglês, que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O sistema comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações e instalações: de 10 a 45 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 25 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 15 anos.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Imobilizado (continuação)

(c) Ativos em construção

Compreendem os ativos minerais, os gastos incorridos na fase de exploração e avaliação, bem como os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF em Caetité e do Porto Sul em Ilhéus, que subsequentemente serão reconhecidos no ativo pronto para uso quando a mina e o porto começarem a produzir e a operar de acordo com o propósito pretendido pela Administração da Companhia.

A Companhia capitaliza os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, esses gastos podem basicamente serem elencados como: prospecção, geologia, topografia, sondagem, salários e encargos, consultoria e assessorios, estudos técnicos e outros gastos acessórios.

A capitalização dos gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul também inclui os custos de empréstimos. Isso significa que os juros provenientes das operações de empréstimos entre partes relacionadas em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros das operações, fazem parte da formação do ativo em construção da Companhia. Além disso, as variações cambiais que representam ajustes nos custos de juros são definidas como a diferença de taxa de juros entre os custos de empréstimos que seriam incorridos se a Companhia tomasse empréstimos em sua moeda funcional e os custos de empréstimos incorridos em moeda estrangeira. A Companhia adota o julgamento de considerar as variações cambiais como ajustes nos custos de juros apenas quando elas aproximam os custos de empréstimos em diferentes moedas. Variações cambiais que distanciam os custos de empréstimos em diferentes moedas não são consideradas como ajustes nos custos de juros das operações de empréstimos para o desenvolvimento dos ativos em construção.

2.12 Direito de uso

Nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativo de direito de uso e passivo de arrendamento na data de início dos contratos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, quando aplicável.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo e, subsequentemente, depreciado ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

Os pagamentos relativos a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos diretamente no resultado.

2.13 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Intangível (continuação)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.14 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Em caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* são revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, denominado *Bankable Feasibility Study* ("BFS"), referente ao Projeto PdF. Os fluxos de caixa contidos no BFS são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

O intangível da Companhia de direitos minerários e contratos de servidão são revisados anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Companhia correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração ("ANM"), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral, e em prazo que corresponderá à vida útil estimada da reservada Mina PdF.

A Administração da Companhia, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, realizou, em 31 de dezembro de 2025, a avaliação da recuperabilidade de seus ativos não financeiros. Em função da revisão do cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e de sua permanência em fase transitória de conservação e manutenção, conforme descrito na nota 1, foram elaboradas projeções de fluxos de caixa futuros descontados, com o objetivo de estimar o valor recuperável desses ativos.

Com base nas premissas adotadas e nas análises realizadas, concluiu-se que não houve alteração no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.15 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16 Empréstimos com partes relacionadas

Os empréstimos tomados com partes relacionadas são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados. E ainda assim, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor que foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação dessas obrigações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do tributo, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social e diferido

A Companhia está em fase de desenvolvimento e não possui receitas ou rendas tributáveis pelo imposto de renda ou contribuição social.

Tributos diferidos podem ser calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre as bases tributárias e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas atuais são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos serão reconhecidos apenas se houver expectativa de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. A Companhia optou por não reconhecer esses ativos, considerando sua fase atual e a ausência de histórico de lucros tributáveis.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.19 Reconhecimento de receita

(a) Receita de venda de minério de ferro em fase de desenvolvimento

A receita é reconhecida quando o controle do produto é transferido para o cliente.

Geralmente, algumas *commodities* entregues aos clientes são precificadas provisoriamente na data em que a receita é reconhecida. Os ajustes sobre receita são tratados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” e não são tratados sob o CPC 47 / IFRS 15 “Receita de contrato com cliente”, portanto, as regras do CPC 47 / IFRS 15 sobre receita de contrato com cliente com contraprestação variável não se aplicam. Esses ajustes, portanto, representam receitas de outras fontes que não os contratos com clientes.

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu acionista controlador para garantir que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamentos críticos pela Administração da Companhia, conforme nota 2.3.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Companhia, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Companhia busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência, onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

(c) Subconcessão da FIOF

A Bahia Ferrovias, companhia controlada pela BAMIN, está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial mensurado, ajustado por quaisquer pagamentos até a data de início, somados a quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo subconcessionário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo subconcessionário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições da subconcessão, menos quaisquer incentivos recebidos.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC (empresa pública, controlada pela União através do Ministério da Infraestrutura do Brasil), livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do contrato de subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados à subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros em decorrência de oscilações nos preços de mercado. Para a Companhia, esse risco está substancialmente relacionado à exposição à taxa de juros, especialmente à variação do CDI.

A análise de sensibilidade foi elaborada considerando os saldos dos instrumentos financeiros expostos à variação do CDI em 31 de dezembro de 2025, bem como os seguintes cenários:

- Cenário atual e que é adotado pela Companhia: taxa do CDI em 14,90% em 31 de dezembro de 2025;
- Cenário II: Conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na taxa do CDI, passando para 11,15%; e
- Cenário III: Ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a taxa do CDI utilizada nesse cenário é reduzida em 50%, passando para 7,45%.

O quadro a seguir apresenta a análise de sensibilidade à taxa de juros e os respectivos efeitos estimados no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Instrumento/operação	CDI Provável	Risco	Cenário atual	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	14,90%	Baixa do CDI	481	361	241

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(b) Risco de moeda

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real, enquanto foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$	Taxa de câmbio em 31.12.2025	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
Empréstimos com partes relacionadas (passivo)	48.635	5,5024	267.611	334.514	401.417
Impacto no resultado do exercício (despesa)			-	(66.903)	(133.806)

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

Controladora

	Em 31/dez/2025	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	15.046	15.046	-	-
Obrigações fiscais e sociais	17.824	2.015	11.959	3.850
Compromissos socioambientais	3.379	3.379	-	-
Outros passivos	1.742	1.742	-	-

	Em 31/dez/2024	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	21.610	21.610	-	-
Obrigações fiscais e sociais	23.563	3.402	12.862	7.299
Compromissos socioambientais	6.758	-	-	6.758
Outros passivos	952	952	-	-

Consolidado

	Em 31/dez/2025	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	27.272	27.272	-	-
Obrigações fiscais e sociais	21.697	2.829	14.266	4.602
Compromissos socioambientais	3.379	3.379	-	-
Outros passivos	1.756	1.756	-	-

	Em 31/dez/2024	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	52.476	52.476	-	-
Obrigações fiscais e sociais	29.954	5.841	15.357	8.756
Compromissos socioambientais	6.758	-	-	6.758
Outros passivos	964	964	-	-

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação as obrigações de desempenho junto ao contrato de concessão, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

A gestão de capital da Companhia compreende a aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. A companhia não possui dívidas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta dívidas com empréstimos e financiamento com terceiros.

(f) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, fornecedores, obrigações com clientes e empréstimos e financiamentos.

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	2.038	2.590	2.960	4.599
Contas a receber de clientes	Ao custo amortizado	540	11	540	11
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	1.470	2.990	164	544
		4.048	5.591	3.664	5.154
Passivos					
Empréstimos com partes relacionadas	Ao custo amortizado	267.611	2.881.511	258.526	2.881.511
Fornecedores	Ao custo amortizado	15.046	21.610	27.272	52.476
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	-	23	-	23
		282.657	2.903.144	285.798	2.934.010

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras de curto prazo	5	2.498	10	4.480
Depósitos bancários à vista	26	81	34	103
Recursos em caixa	2.007	11	2.916	16
	2.038	2.590	2.960	4.599

Os títulos e valores mobiliários correspondem a aplicações financeiras em renda fixa, contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, remuneração média de 89,97% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) em 31 de dezembro de 2025 (remuneração média de 89,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata e por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 / IAS 7.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cliente no mercado interno	213	11	213	11
Cliente no mercado externo	327	-	327	-
	540	11	540	11

Os contratos de vendas de produtos são sujeitos à precificação provisória, conforme nota 2.19 (a) e nota 3 (e). A Companhia não apresenta histórico de inadimplência com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas. Desta forma, não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Minério bruto	119.786	119.787	119.786	119.787
Produto processado	10.852	22.553	10.852	22.553
	130.638	142.340	130.638	142.340
Circulante	7.109	13.470	7.109	13.470
Não circulante	123.529	128.870	123.529	128.870
	130.638	142.340	130.638	142.340

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS ² e COFINS ³ não cumulativo (i)	7.254	7.256	7.263	7.265
CFEM ⁴ a recuperar	503	835	503	835
IRRF ⁵ sobre aplicações financeiras	107	91	2.570	3.997
ICMS ⁶ a recuperar	-	52	-	52
Outros tributos a recuperar	311	1.377	312	9.279
	8.175	9.611	10.648	21.428

(i) Créditos tributários decorrentes, principalmente, da evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

² Programa de Integração Social.

³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁴ Compensação Financeira pela Exploração Mineral.

⁵ Imposto de Renda Retido na Fonte.

⁶ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Seguros a apropriar	131	207	5.299	4.003
Depósitos recursais	298	298	3.782	4.259
Créditos com terceiros	1.575	437	1.600	439
	2.004	942	10.681	8.701
Circulante	1.706	644	6.899	4.325
Não circulante	298	298	3.782	4.376
	2.004	942	10.681	8.701

10. Investimento em controlada

As principais informações sobre a Bahia Ferrovias, empresa controlada pela BAMIN, estão apresentadas a seguir:

(a) Participação em controlada

Investida	Atividade principal	Controle	Participação		Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024
Bahia Ferrovias	Logística	Controlada	100%	100%	563.439	479.771	-	-

(b) Posição financeira da controlada

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Bahia Ferrovias	8.589	572.451	(17.419)	(182)	(563.439)	(55.163)

(c) Movimentação dos investimentos em controlada

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	479.771	506.502
Equivalência patrimonial	(55.163)	(57.031)
Aporte de capital social	138.831	30.300
Em 31 de dezembro	563.439	479.771

Os aportes realizados pela Companhia em sua controlada foram efetuados por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), cuja conversão em capital social está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.11 (c))	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2024	58.983	36.550	22.738	1.944.599	18.582	2.081.452
Adições	271	180	31	99.971	329	100.782
Custo de empréstimos	-	-	-	101.996	-	101.996
Redução valor recuperável de ativo	-	-	-	(1.242.427)	-	(1.242.427)
Baixas	(200)	-	(1.628)	-	(2.376)	(4.204)
Em 31 de dezembro de 2024	59.054	36.730	21.141	904.139	16.535	1.037.599
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2024	-	(14.701)	(11.945)	-	(10.692)	(37.338)
Depreciação	-	(4.396)	(1.453)	-	(2.169)	(8.018)
Baixas	-	-	292	-	2.174	2.466
Em 31 de dezembro de 2024	-	(19.097)	(13.106)	-	(10.687)	(42.890)
Custo total	59.054	36.730	21.141	904.139	16.535	1.037.599
Depreciação acumulada	-	(19.097)	(13.106)	-	(10.687)	(42.890)
Em 31 de dezembro de 2024	59.054	17.633	8.035	904.139	5.848	994.709
Custo						
Em 1º de janeiro de 2025	59.054	36.730	21.141	904.139	16.535	1.037.599
Adições	-	355	18	86.326	-	86.699
Custo de empréstimos (i)	-	-	-	12.307	-	12.307
Baixas	-	-	(3)	-	(157)	(160)
Em 31 de dezembro de 2025	59.054	37.085	21.156	1.002.772	16.378	1.136.445
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2025	-	(19.097)	(13.106)	-	(10.687)	(42.890)
Depreciação	-	(4.390)	(1.249)	-	(1.860)	(7.499)
Baixas	-	-	-	-	150	150
Em 31 de dezembro de 2025	-	(23.487)	(14.355)	-	(12.397)	(50.239)
Custo total	59.054	37.085	21.156	1.002.772	16.378	1.136.445
Depreciação acumulada	-	(23.487)	(14.355)	-	(12.397)	(50.239)
Em 31 de dezembro de 2025	59.054	13.598	6.801	1.002.772	3.981	1.086.206

- (i) A Companhia capitalizou o montante de R\$ 12.307 (2024, R\$ 101.996), referente a custos de empréstimos relacionados a ativo qualificado, conforme as disposições do CPC 20 (R1) / IAS 23.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado (continuação)

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.11 (c))	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2024	59.069	38.390	23.340	2.208.106	21.116	2.350.021
Adições	271	180	65	295.085	380	295.981
Custo de empréstimos	-	-	-	101.996	-	101.996
Redução valor recuperável de ativo	-	-	-	(1.242.427)	-	(1.242.427)
Baixas	(200)	-	(1.629)	-	(2.862)	(4.691)
Em 31 de dezembro de 2024	59.140	38.570	21.776	1.362.760	18.634	1.500.880
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2024	-	(15.071)	(11.997)	-	(11.140)	(38.208)
Depreciação	-	(4.766)	(1.528)	-	(2.560)	(8.854)
Baixas	-	-	292	-	2.289	2.581
Em 31 de dezembro de 2024	-	(19.837)	(13.233)	-	(11.411)	(44.481)
Custo total	59.140	38.570	21.776	1.362.760	18.634	1.500.880
Depreciação acumulada	-	(19.837)	(13.233)	-	(11.411)	(44.481)
Em 31 de dezembro de 2024	59.140	18.733	8.543	1.362.760	7.223	1.456.399
Custo						
Em 1º de janeiro de 2025	59.140	38.570	21.776	1.362.760	18.634	1.500.880
Adições	-	355	18	164.760	-	165.133
Custo de empréstimos (i)	-	-	-	12.307	-	12.307
Baixas	-	-	(3)	-	(243)	(246)
Em 31 de dezembro de 2025	59.140	38.925	21.791	1.539.827	18.391	1.678.074
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2025	-	(19.837)	(13.233)	-	(11.411)	(44.481)
Depreciação	-	(4.759)	(1.325)	-	(2.208)	(8.292)
Baixas	-	-	-	-	150	150
Em 31 de dezembro de 2025	-	(24.596)	(14.558)	-	(13.469)	(52.623)
Custo total	59.140	38.925	21.791	1.539.827	18.391	1.678.074
Depreciação acumulada	-	(24.596)	(14.558)	-	(13.469)	(52.623)
Em 31 de dezembro de 2025	59.140	14.329	7.233	1.539.827	4.922	1.625.451

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado (continuação)

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas vidas úteis adotadas. A Companhia realiza essa avaliação, no mínimo, anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

As projeções de fluxo de caixa foram atualizadas para refletir os indícios de desvalorização decorrentes da conclusão das obras iniciais do Projeto PdF e da revisão do cronograma para a etapa seguinte, e a continuidade da fase transitória de conservação e manutenção. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa, Mina PdF, FIOL 1 e Porto Sul, é mais sensível às seguintes premissas, alinhadas à melhor expectativa da Administração.

Na revisão, a Administração considerou, entre outros fatores:

- Curva de preços do minério de ferro: curva de preços com base às expectativas de mercado futuro, prêmios por teor, afetando receita por tonelada;
- Inflação (IPCA⁷, IGP-M⁸ e índices setoriais): reajustes de energia, combustíveis, insumos, contratos de terceiros e mão de obra, bem como tarifas ferroviárias e portuárias;
- Taxas de desconto (WACC⁹): para as fases de obra e operação, refletindo os riscos dessas etapas do Projeto PdF, foi considerada uma taxa de 10,75%;
- Variação cambial: estimada com base nas expectativas de mercado compiladas pelo Banco Central do Brasil.
- Cronograma e disponibilidade da logística integrada do Projeto PdF: marcos de obras, curva de *ramp-up* da capacidade, disponibilidade da infraestrutura da FIOL 1 e do Porto Sul.

Com base nas análises realizadas em 2025, não foi necessário reconhecer provisão adicional, reversão de *impairment* ou reversão de provisão constituída em exercício anterior.

⁷ IPCA significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que é usado para observar tendências de inflação no Brasil.

⁸ O IGP-M vem de Índice Geral de Preços do Mercado e representa o indicador econômico mensal criado pela Fundação Getúlio Vargas que mede a variação de preços na economia brasileira, abrangendo desde matérias-primas até produtos e serviços para o consumidor final.

⁹ WACC vem do inglês *Weighted Average Capital Cost* e representa o custo médio ponderado de capital da Companhia. Ela representa a taxa de desconto ou o custo de capital utilizado em uma análise de retorno.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Controladora			
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão
Custo				
Em 1º de janeiro de 2024	5	39.652	10.380	9.708
Adições	-	-	308	410
Em 31 de dezembro de 2024	5	39.652	10.688	10.118
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2024	-	-	(8.690)	(137)
Amortizações	-	-	(613)	(506)
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	(9.303)	(643)
Custo total	5	39.652	10.688	10.118
Amortização acumulada	-	-	(9.303)	(643)
Em 31 de dezembro de 2024	5	39.652	1.385	9.475
Custo				
Em 1º de janeiro de 2025	5	39.652	10.688	10.118
Adições	-	-	265	-
Em 31 de dezembro de 2025	5	39.652	10.953	10.118
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2025	-	-	(9.303)	(643)
Amortizações	-	-	(549)	(510)
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	(9.852)	(1.153)
Custo total	5	39.652	10.953	10.118
Amortização acumulada	-	-	(9.852)	(1.153)
Em 31 de dezembro de 2025	5	39.652	1.101	8.965

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível (continuação)

	Consolidado				Total
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	
Custo					
Em 1º de janeiro de 2024	5	39.652	10.586	9.708	59.951
Adições	-	-	407	410	817
Em 31 de dezembro de 2024	5	39.652	10.993	10.118	60.768
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2024	-	-	(8.723)	(137)	(8.860)
Amortizações	-	-	(659)	(506)	(1.165)
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	(9.382)	(643)	(10.025)
Custo total	5	39.652	10.993	10.118	60.768
Amortização acumulada	-	-	(9.382)	(643)	(10.025)
31 de dezembro de 2024	5	39.652	1.611	9.475	50.743
Custo					
Em 1º de janeiro de 2025	5	39.652	10.993	10.118	60.768
Adições	-	-	266	-	266
Em 31 de dezembro de 2025	5	39.652	11.259	10.118	61.034
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2025	-	-	(9.382)	(643)	(10.025)
Amortizações	-	-	(611)	(510)	(1.121)
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	(9.993)	(1.153)	(11.146)
Custo total	5	39.652	11.259	10.118	61.034
Amortização acumulada	-	-	(9.993)	(1.153)	(11.146)
Em 31 de dezembro de 2025	5	39.652	1.266	8.965	49.888

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas vidas úteis adotadas. A Companhia realiza essa avaliação, no mínimo, anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Com base nas análises realizadas, não foi necessário reconhecer nenhuma provisão de *impairment* no exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Direito de uso

	Consolidado		
	Outorga da subconcessão (i)	Outros	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2024	32.730	-	32.730
Adições	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	32.730	-	32.730
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2024	(2.182)	-	(2.182)
Amortizações	(935)	-	(935)
Em 31 de dezembro de 2024	(3.117)	-	(3.117)
Custo total	32.730	-	32.730
Amortização acumulada	(3.117)	-	(3.117)
Em 31 de dezembro de 2024	29.613	-	29.613
Custo			
Em 1º de janeiro de 2025	32.730	-	32.730
Adições	-	880	880
Em 31 de dezembro de 2025	32.730	880	33.610
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2025	(3.117)	-	(3.117)
Amortizações	(935)	-	(935)
Em 31 de dezembro de 2025	(4.052)	-	(4.052)
Custo total	32.730	880	33.610
Amortização acumulada	(4.052)	-	(4.052)
Em 31 de dezembro de 2025	28.678	880	29.558

- (i) O Contrato de Subconcessão da FIOL, da controlada Bahia Ferrovias, no qual a outorga da subconcessão representa o custo incremental de obtenção da subconcessão que não teria sido incorrido se o negócio não tivesse sido obtido. Desta maneira, a outorga da subconcessão representa um direito de uso da malha ferroviária. A Bahia Ferrovias tem cinco anos, a contar da data de assunção do contrato, para início das operações. Assim, o prazo da amortização dos ativos de direito de uso é de trinta anos, finalizando, com o fim do contrato, em 3 de setembro de 2055.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedor no mercado interno	15.046	21.610	27.272	52.476

Os saldos de fornecedores referem-se, substancialmente, a obrigações assumidas junto a parceiros comerciais da Companhia, diretamente envolvidos nas atividades de projeto, execução, acompanhamento e manutenção das obras de infraestrutura da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul.

Nos períodos divulgados, a Companhia não possuía acordos de financiamento com fornecedores, tampouco operações com características de financiamento de fornecedores

15. Obrigações tributárias e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Programa de participação nos resultados	11.959	12.862	14.266	15.357
Provisão de férias	3.850	7.299	4.602	8.756
Tributos trabalhistas	1.632	2.979	1.922	3.594
Tributos retidos sobre serviços	377	399	876	2.223
Outros	6	24	31	24
	17.824	23.563	21.697	29.954

16. Compromissos socioambientais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2025
Termo de compromisso socioambiental	6.758	19.608	6.758	19.608
(+) Ajuste do valor do dinheiro no tempo	1.366	4.915	1.366	4.915
(-) Pagamentos	(4.745)	(17.765)	(4.745)	(17.765)
	3.379	6.758	3.379	6.758

O Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual da Bahia, Estado da Bahia (por meio da Casa Civil e da Secretaria de Meio Ambiente ("SEMA"), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("INEMA"), Município de Ilhéus, juntamente com a Companhia resolveram celebrar o Termo de Compromisso Socioambiental ("TCSA").

O acordo visa a previsibilidade e o consenso entre as partes, em relação às compensações socioambientais a serem implementadas na região onde serão construídas as futuras instalações do Porto Sul, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, e a manutenção das funções ecológicas e dos serviços ecossistêmicos, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos com partes relacionadas possuem as seguintes composições:

	Controladora				Consolidado	
	2025		2024		2025	2024
	Controlada	Outras partes relacionadas	Controlada	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas
Ativo circulante						
Cost Sharing Agreement ¹⁰	1.306	164	2.446	543	164	543
Ativo não circulante						
Contratos de mútuo	-	1	-	1	1	1
Passivo circulante						
Contratos de mútuo	-	-	-	23	-	23
Passivo não circulante						
Empréstimos	-	267.611	-	2.881.511	267.611	2.881.511
Patrimônio líquido						
Contribuição ao capital	-	355.549	-	2.520.975	355.549	2.520.975
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	-	-	-	11.427	-	11.427
Despesas financeiras	-	(10.934)	-	(842.503)	(10.934)	(842.503)
	-	(10.934)	-	(831.076)	(10.934)	(831.076)

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos ("cost sharing") com as companhias Bahia Ferrovias, Mineração Minas Bahia e Pedra Cinza Mineração. Os contratos de cost sharing possuem correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

(b) Transações e movimentações

Os saldos com as partes relacionadas possuem a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.878.544	2.343.880	2.880.990	2.344.395
Empréstimo nominal	297.444	203.574	297.444	203.574
Mútuos, líquidos	1.498	44.102	358	46.033
Ganhos com mútuos, líquidos	-	(11.427)	-	(11.427)
Juros	23.241	233.791	23.241	233.791
Variação cambial, líquidos	(17.242)	710.708	(17.242)	710.708
Conversão de dívida em capital social	(2.299.527)	-	(2.299.527)	-
Contribuição ao capital	(617.817)	(646.084)	(617.817)	(646.084)
Saldo final em 31 de dezembro	266.141	2.878.544	267.447	2.880.990

¹⁰ Cost Sharing Agreement significa contrato de rateio de despesas.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas (continuação)

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pelos diretores estatutários e demais diretores executivos. A remuneração paga ou a pagar a esses profissionais, substancialmente composta por remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, totalizou R\$ 15.666 (2024, R\$ 13.514).

18. Recuperação ambiental

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recuperação ambiental	89.456	88.961	89.456	88.961

A Companhia reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

19. Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas (i)	4.229	3.997	4.411	3.997
Civil	34	57	34	57
Tributária (ii)	3.910	3.703	3.910	3.703
	8.173	7.757	8.355	7.757

- (i) Foram reconhecidas provisões para litígios trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável, mensuradas pela melhor estimativa dos desembolsos na data do balanço, com base na avaliação da Administração e em pareceres de assessores jurídicos, em consonância com o CPC 25 / IAS 37.
- (ii) A Companhia constituiu provisão para contingências tributárias decorrentes de autuações referentes a contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas, alegadamente não recolhidas no período de 2009 a 2011. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa, uma vez que o tema é objeto de discussão administrativa/judicial, na qual se questionam a constituição do crédito e a incidência das contribuições. A provisão foi mensurada pela melhor estimativa de desembolso na data do balanço, com base em pareceres de assessores jurídicos, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37.

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Em 2025, foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas no montante de R\$ 8.091 (2024, R\$ 3.393). Já as ações cíveis representavam um passivo contingente na controladora de R\$ 17.085 (2024, R\$ 14.079) e no consolidado de R\$ 29.261 (2024, 17.361), enquanto as ações tributárias representavam um passivo contingente de R\$ 594 (2024, R\$ 345). Estes litígios encontram-se em discussão e estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível. Desta maneira, esses valores não estão provisionados.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados (continuação)

A Companhia identificou um passivo contingente relacionado à prorrogação das obrigações não financeiras da sua controlada, Bahia Ferrovias, junto à ANTT. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Bahia Ferrovias quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações do Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Neste sentido, após análise realizada pelos assessores jurídicos da Bahia Ferrovias, concluiu-se que o prognóstico de perda avaliado é possível. Adicionalmente, diante da ausência de definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual Acréscimo à Outorga até o momento, não é possível avaliar eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão do tema.

Não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em janeiro de 2025, a única ação anteriormente detida pela Mineração Minas Bahia S.A. foi cedida à Bahia Minerals B.V., que passou a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia.

Em fevereiro de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 4.637.920 (2024, R\$ 0), mediante a capitalização de dívida decorrente de empréstimo, no valor de R\$ 2.299.527 (2024, R\$ 0), e da reserva de contribuição ao capital, no valor de R\$ 2.338.393 (2024, R\$ 0).

Após referido aumento, o capital social autorizado da Companhia passou a ser representado por 4.649.514.969 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e sessenta e nove) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 4.649.514.969, integralmente detidas pela Bahia Minerals B.V.

(b) Contribuição ao capital

Em fevereiro de 2025, conforme nota 21(a) foi aprovado aumento de capital social, mediante a capitalização de dívida decorrente de empréstimo e de parte das contribuições ao capital registradas no patrimônio líquido. A reserva foi utilizada no montante de R\$ 2.338.393 (2024, R\$ 0).

Como resultado dessa capitalização, o saldo de contribuições ao capital foi reduzido ao longo do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, as contribuições ao capital totalizavam R\$ 800.399 (2024, R\$ 2.520.975). Esse montante inclui contribuições realizadas no exercício, no valor de R\$ 156.647 (2024, R\$ 97.705), e contribuições decorrentes da remensuração dos empréstimos, no valor de R\$ 461.170 (2024, R\$ 548.379), totalizando R\$ 617.817 (2024, R\$ 646.084) no exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receitas de venda de minério

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	9.683	5.366	9.683	5.366
(+) Adições da receita bruta				
Acréscimos e variação de preço	340	1.057	340	1.057
(-) Deduções da receita bruta				
Abatimentos	-	(14)	-	(14)
ICMS	(128)	-	(128)	-
CFEM	(332)	(274)	(332)	(274)
COFINS	(70)	-	(70)	-
PIS	(15)	-	(15)	-
	9.478	6.135	9.478	6.135

Os abatimentos e variações de preço são decorrentes da receita reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

22. Custo dos minérios vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal, serviços e materiais	11.702	625	11.702	625

23. Despesas com distribuição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços logísticos	2.551	2.235	2.551	2.235
Outros	202	3.275	202	3.275
	2.753	5.510	2.753	5.510

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços	25.678	32.295	50.034	58.564
Pessoal	37.045	28.779	61.220	62.943
Depreciação e amortização	3.028	3.267	3.882	4.149
Viagens e estadias	2.818	3.387	3.496	4.373
Arrendamentos de curto prazo	2.241	1.635	4.600	4.716
Tributos	1.875	2.092	4.000	3.664
Outros	1.444	6.910	3.302	8.534
	74.129	78.365	130.534	146.943

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Indenizações	(119)	(2.283)	(119)	(2.283)
Provisões para contingências jurídicas	(580)	(601)	(762)	(601)
Reversões para contingências jurídicas	164	143	164	143
Ganho na venda de ativos	18	1.632	18	1.632
Outros	54	(148)	140	(172)
	(463)	(1.257)	(559)	(1.281)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Ganhos com mútuos	-	11.427	-	11.427
Variação cambial ativa sobre empréstimos	17.240	-	17.240	-
Receitas de aplicação financeira	481	594	1.231	10.988
Outras receitas financeiras	377	1.163	1.034	2.416
	18.098	13.184	19.505	24.831
Despesas financeiras				
Variação cambial passiva sobre empréstimos	-	(710.708)	-	(710.708)
Juros sobre empréstimos	(10.934)	(131.795)	(10.934)	(131.795)
Outras despesas financeiras	(318)	(1.233)	(386)	(1.309)
	(11.252)	(843.736)	(11.320)	(843.812)
	6.846	(830.552)	8.185	(818.981)

27. Evento subsequentes

Em 9 de março de 2026, o Grupo de Trabalho, instituído pelo Ministério dos Transportes, apresentou recomendações de ações à ANTT, bem como propostas de encaminhamento sobre a execução do Contrato de Subconcessão da FIOL 1. A Companhia aguarda a definição do Poder Concedente quanto ao modelo regulatório a ser adotado. Até o momento, não há prazo definido para a apresentação dessa definição. Assim, não é possível, por ora, mensurar os eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão acerca de possível Acréscimo à Outorga, bem como da recomendação de remodelagem do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Em 27 de março de 2026, foi aprovada a proposta apresentada pela Companhia para o adiamento do pagamento da última subparcela do 6º desembolso previsto no âmbito do TCSA Porto Sul, referente às obrigações de compensação socioambiental relacionadas a implantação do Porto Sul. O pagamento, no montante de R\$ 1.690, deverá ser efetuado em 24 de fevereiro de 2027, com atualização monetária até a data de sua efetiva liquidação, após a manifestação de não objeção do Ministério Público do Estado da Bahia e do Ministério Público Federal. Em 31 de dezembro de 2025, o montante encontrava-se reconhecido na rubrica “Compromissos Socioambientais”, no passivo circulante.

Em 23 de maio de 2026, o Grupo ERG, acionista controlador da Companhia, anunciou alterações em sua estrutura acionária. A Nature Energy Solutions, empresa pertencente a Shakhmurat Mutalip, adquiriu participação de 39,3% no Grupo ERG, anteriormente detida por Patokh Chodiev, correspondente a 18,6%, e pelos herdeiros de Alexander Machkevitch, correspondente a 20,7%. Todas as empresas do Grupo ERG continuam operando normalmente. As mudanças na estrutura acionária do Grupo ERG têm como objetivo fortalecer ainda mais a resiliência dos negócios do Grupo, aumentar a efetividade da governança corporativa e apoiar a implementação da estratégia de desenvolvimento de longo prazo do Grupo ERG. Essas mudanças não afetam as operações diárias do Grupo ERG, a execução de seus programas de produção ou o cumprimento de suas obrigações com empregados e parceiros.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Evento subsequentes (continuação)

Em 10 de julho de 2026, foi aprovado o aumento do capital social da Bahia Ferrovias S.A., no montante de R\$ 200.000, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Do montante aprovado, R\$ 162.388 foram subscritos pela Companhia mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") anteriormente realizados em favor da investida. O saldo remanescente de R\$ 37.612 permanecerá sujeito à subscrição e integralização, conforme os termos e prazos estabelecidos na respectiva deliberação societária.

Composição da Diretoria e Contador Responsável Técnico

31 de dezembro de 2025

Diretoria

Eduardo Ledsham

Eduardo Ledsham

Diretor

Pedro Machado

Pedro Machado

Diretor

Veronica Dittebrandt

Veronica Dittebrandt

Diretora

Responsável Técnico

Rilson Cruz

Rilson Cruz

Contador

CRC BA 036891/O-5

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Declaração sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Bahia Mineração e sua controlada, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Eduardo Ledsham
Diretor

Pedro Machado
Diretor

Veronica Dittebrandt
Diretora

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

31 de dezembro de 2025

Declaração sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Bahia Mineração e sua controlada, que reviram e discutiram o conteúdo do relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e informamos que concordamos integralmente com as opiniões nele expressas.

Eduardo Ledsham

Diretor

Pedro Machado

Diretor

Veronica Dittebrandt

Diretora

